



CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO SNIG (CO-SNIG) ATA DA 33ª REUNIÃO

Data: 6 de dezembro de 2023

Hora de início: 10h00m

Hora de fim: 12h30m

Local: Reunião virtual através da plataforma zoom

Participantes

- Teresa Pimenta, Pedro Monteiro, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Nuno Vicente, Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE);
- Paulo Nunes, Instituto Hidrográfico (IH);
- Ana Santos, Jorge Magalhães, Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Aurete Pereira, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG);
- Elsa Oliveira, Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP);
- Lisete Vieira, Isabel Miguel, Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG);
- Carlos Aniceto, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA);
- Irene Cadima, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV);
- Nuno Mota, Ricardo Pinho, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Joaquim Condeça, Sofia Fialho, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA);
- Carlos Goulão, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC);
- Ana Moreira, Vanda Marcos, Raquel Medeiros e Marta Medeiros, em substituição do representante oficial nomeado para o CO-SNIG, Teresa Silva, Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, da Região Autónoma dos Açores (RAA);

- Luís Baltazar, Sofia Ribeiro, Joaquim Pinto da Costa, Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Jorge Maurício, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Madalena Grade, Instituto dos Registos e Notariado (IRN);
- Rui Luso Soares, Sérgio Ferreira, Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT);
- Hugo Lopes, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP);
- Paula Almeida, Paulo Barata, Cláudia Marques, Carlos Lopes, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Madalena Gonçalves, Direção Regional do Ordenamento do Território (DROT);
- Henrique Tato Marinho, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Anouk Costa, Filipa Bragança, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- Maria Alves, Direção-Geral da Saúde (DGS);
- Alexandra Fonseca, Ana Luísa Gomes, André Serronha, Danilo Furtado, Isabel Fortes, Mário Caetano, Paulo Patrício, Direção-Geral do Território (DGT)
- Antónia Simão, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
- Mafalda Pedro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)
- António Soares, Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA)

Ordem de trabalhos

1. Abertura
2. Aprovação da ata da reunião anterior
3. Informações
4. Monitorização INSPIRE – ponto de situação
5. Articulação do SNIG com o portal dados.gov
6. Conjuntos de Dados de Elevado Valor – ponto de situação
7. Discussão sobre os Conjunto de Dados de Elevado Valor identificados pelas entidades do CO-SNIG
8. Outros assuntos

1. Abertura

Mário Caetano (DGT) inicia a reunião com a apresentação da agenda. Dá as boas vindas aos elementos do CO-SNIG e agradece a presença de António Soares (AMA) que fará duas apresentações durante a reunião. Refere, também, que haverá uma discussão, com as entidades

presentes, sobre os HVDs (*High Value datasets*), Conjunto de Dados de Elevado Valor que foram preenchidos na folha de Excel enviada pela Direção-Geral do Território (DGT).

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade, após a inserção dos comentários do INIAV e da RAA. Sofia Ribeiro (APA) confirma que também esteve presente na reunião anterior.

3. Informações

Paulo Patrício (DGT) apresenta os vários assuntos e eventos decorridos desde a última reunião, destacando:

- As Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Dados Espaciais (JIIDE) 2023 realizadas em Évora, de 6 a 8 de novembro com o Lema: Contributos das Infraestruturas de Dados Espaciais para os Conjuntos de Dados de Elevado Valor. O evento contou com 13 sessões temáticas ao longo de 3 dias, com 69 comunicações e 7 *workshops*. Presencialmente assistiram 240 participantes e também esteve disponível *online*. A próxima edição será em Espanha no final de 2024.
O programa e os conteúdos do evento estão disponíveis em <https://www.dgterritorio.gov.pt/jiide2023/> e em <https://www.youtube.com/@JIIDE2023>.
- O Regulamento da Comissão Europeia (EU) 2023/2431, aprovado no final de outubro, que altera o Regulamento das disposições de execução da diretiva INSPIRE. Este regulamento tem sido discutido nos últimos anos por forma a serem introduzidas simplificações e flexibilidade nas disposições de execução que deixam de estar dependentes da legislação, por exemplo nas listas de códigos, lista de valores, atributos vazios e possibilidade de introduzir novos sistemas de referência. O MIG passará a considerar estes assuntos.
- A Conferência INSPIRE, decorrida a 28 e 29 de novembro, em Bruxelas, com o tema *Green data for all*, contou com a representação de 49 países e teve como principal objetivo demonstrar a transversalidade dos dados geoespaciais e a importância da sua aplicação em outras áreas. Foram apresentados diferentes temas como as alterações climáticas, ambiente, inteligência artificial e a guerra. As sessões podem ser consultadas em: https://knowledge-base.inspire.ec.europa.eu/inspire-conference-2023_en
- As reuniões MIG e MIG-T, decorridas no dia 30 de novembro abordaram a evolução da diretiva INSPIRE e a sua articulação com os HVDs. A questão central debatida foi a evolução da diretiva INSPIRE e como esta se fará. Para esse efeito, foi referido que se pretende nova consulta aos estados-membros e caso exista uma nova alteração legislativa será provavelmente em meados de 2025. Atualmente, ainda está tudo em aberto, e uma das presentes preocupações é tornar a aplicação da diretiva mais abrangente e transversal não se focando apenas no ambiente, incluindo outros *Data Spaces* para além do *Green Deal*. Também se referiu que o novo geoportal INSPIRE, disponível desde o final de novembro conta com um separador para os HVDs, sendo possível identificar os que cada país tem, com as seguintes categorias: Geoespacial, Mobilidade e Observação da Terra e Ambiente. A identificação dos HVDs foi feita automaticamente.

- O ENIIG 2023 (Encontro Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica) será no dia 13 de dezembro, com o tema “Os dados geográficos no Portal Nacional de dados abertos”. Este evento conta com a participação da AMA e o link para inscrição é o seguinte: <https://eniig.dgterritorio.gov.pt/inscricoes>

Segue-se um período de debate e dúvidas. Mário Caetano (DGT) sugere a necessidade de identificar no SNIG os HVDs que integram o geoportal INSPIRE, automaticamente ou por *keyword*. Outro aspeto que interessa ter presente é a reutilização dos dados abertos, no caso específico de serem gerados novos produtos com estes dados por outras entidades e posteriormente serem cobradas taxas de utilização nos serviços. A posição da DGT sobre este assunto é tornar a sua utilização disponível para o desenvolvimento do país e realça a importância do uso de licenças de utilização. Este tema será apresentado no ENIIG. Jorge Magalhães (INE) diz que a posição do INE é a mesma que a DGT e que a utilização dos dados deve ser livre, no entanto, considera importante a discussão das licenças de utilização sobretudo nos casos de transformação e adulteração dos dados. Ricardo Pinho (CCDRN) acrescenta que por definição da diretiva, sendo diretiva de dados abertos e sua reutilização, terá que ser possível a reutilização dos dados e que o uso de qualquer licença de utilização requer sempre a referência ao seu autor. Paulo Nunes (IH) relembra os princípios FAIR (*Findable, Assessible, Interoperable, Reusable*) e salienta que o processo terá que ser justo, no caso em que os serviços criados não tragam nenhuma alteração e sejam cobrados, referindo ainda a importância da gradação das licenças *Creative Commons*.

Ricardo Pinho (CCDRN) chama ainda a atenção das entidades para verificarem os metadados que estão no Geoportal INSPIRE porque nem sempre estão bem identificados.

Jorge Magalhães (INE), refere que os três temas que devem estar no INSPIRE são o Geoespacial, Mobilidade e Observação da Terra e Ambiente e coloca dúvidas sobre o impacto que o tempo de espera da diretiva tem no nosso país.

Mário Caetano (DGT) acrescenta que as entidades deverão fazer um esforço no sentido de compreenderem e cumprirem o que a Comissão Europeia exige até ao Verão. Paulo Patrício (DGT) acrescenta que a Comissão refere que os dados devem ser disponibilizados como estão, mas terão que cumprir determinadas regras.

Ainda no ponto informações, Paulo Patrício (DGT) acrescenta:

- Os Cursos Práticos online do SNIG, realizados por Ana Luísa Gomes (DGT), com duas edições internas para a DGT e duas edições para a administração central, realizadas em novembro e que contaram com 244 participantes de 19 Entidades. A intenção da DGT é continuar a fazer estes cursos para a administração regional e local. Mário Caetano (DGT) pede apoio às CCDR e municípios para a divulgação destes cursos e refere que é uma momento chave para a DGT porque se pretendem fazer algumas alterações ao SNIG de acordo com as linhas orientadoras e é importante ouvir os diferentes utilizadores.

Madalena Gonçalves (RAM) questiona se a RAM poderá participar nestas formações. Mário Caetano (DGT) deixa ao critério das regiões autónomas fazerem as próprias formações ou participarem. Paulo Barata (IPMA) também questiona se o IPMA poderá participar nas próximas

edições porque devido a um problema de comunicação, o IPMA, não recebeu convite para os cursos. Ana Luisa Gomes (DGT) informou que foram enviados convites por email para 24 técnicos, para o “info” e para a “Presidência” do IPMA, tendo colocado a hipótese de talvez terem ido para o SPAM.

Relativamente aos dados abertos e sua reutilização, António Soares (AMA), reforça que estes dados são para uso livre inclusive com fins económicos, relembra que há detalhes relativamente às licenças de utilização, e partilha uma apresentação com o que foi discutido no *workshop* para fornecedores de dados em Copenhaga sobre este tema. Resumiu que relativamente aos HVDs ainda não existe a publicação nos portais de cada país e que a maior parte vai usar *tags* nos portais nacionais para estes dados. Também foi referido que o *standard* adotado é o DCAT-AP e discutida a necessidade de validação destes dados. Acrescentou que vão ser incluídas mais sete categorias para os HVDs: *Climate Loss, Government and Public Sector, Health, Justice and Legal, Language, Energy, and Financial*. Também foram discutidos assuntos como o uso dos dados para a inteligência artificial, sessões sobre licenças para o uso dos dados e a estratégia para promover a reutilização e proteger os fornecedores de dados. A recomendação é que sejam usadas *by default* as licenças CCBy e a CC0, mas existem exceções de acordo com a lei dos vários países. A intenção é que a Europa seja um líder na economia de dados.

Ricardo Pinho (CCDRN) apresenta uma questão relativamente ao uso das licenças *by default*, CCBy e CC0, uma vez que segundo a legislação nacional não se poderá ter a CC0. António Soares (AMA) afirma que foi decidida a utilização de uma destas duas para o licenciamento dos dados abertos. Há possibilidade de exceções, mas é uma recomendação. O objetivo é reduzir a complexidade.

Mário Caetano (DGT) agradece a apresentação de António Soares (AMA) que demonstra bem a importância da decisão de envolver a AMA no CO-SNIG e informa que nos dias 18 e 19 de dezembro vai haver um evento para promover a utilização das imagens de satélite e dos serviços do programa Copernicus para os setores florestal e agrícola em Portugal. Este evento é organizado pela DGT em parceria da Agência Espacial Portuguesa, com colaboração ICNF e da Forestwise.

4. Monitorização INSPIRE – ponto de situação

Danilo Furtado (DGT) apresentou as 5 categorias dos indicadores que são avaliados na monitorização INSPIRE do plano de ação 2023 e para que o plano de ação INSPIRE 2024 consiga garantir os 100% de conformidade dos Conjuntos e Serviços de Dados Geográficos (CSDG), deixou as seguintes recomendações: utilizar sempre o Validador INSPIRE antes de submeter os metadados ao SNIG, disponibilizar os Conjuntos de Dados Geográficos (CDG) em serviços de visualização e descarregamento, garantir as regras da interoperabilidade INSPIRE e, sempre que possível, utilizar políticas de dados abertos para todos os CDG.

Segue-se um período de esclarecimento de dúvidas. Luís Baltazar (APA) questiona a frequência do *harvesting* às entidades e diz que na APA existem problemas nos serviços de *download INSPIRE compliant* que não estarão resolvidos até ao próximo *harvesting*. Danilo Furtado (DGT) responde que o *harvesting* é feito todas as quintas-feiras. Ricardo Pinho (CCDRN) sugere que

sejam retirados do SNIG enquanto os problemas não forem resolvidos. No caso da APA, Luís Baltazar (APA) refere que é esse o procedimento que estão a adotar.

5. Articulação do SNIG com dados.gov: ponto de situação

Danilo Furtado (DGT) refere que a articulação do SNIG com o dados.gov tem estado a decorrer desde outubro, de acordo com o plano de ação apresentado e definido em conjunto com a AMA. No SNIG existem 580 entidades com cerca de 2978 com políticas de dados abertos disponibilizados em serviços. No carregamento destes dados para o dados.gov são utilizados dois parâmetros, o campo política de dados e a sigla da entidade, que permitem essa transferência através do formato GeoJSON. Por isso, recomenda a validação das fichas de metadados e especial atenção a estes dois parâmetros. Também considera importante validar os links de acesso aos dados e serviços e relembra que muitos CDG estão declarados como dados abertos, mas não existem serviços disponibilizados, pelo que convém as entidades fazerem uma análise. Verifica-se também que existem entidades registadas no dados.gov relativamente às quais falta o *endpoint* para o *harvesting* ou a indicação do gestor de metadados. Aguarda-se que mais entidades adiram a este processo para que estejam também registadas no dados.gov. Refere que também é necessário fazer o registo das reutilizações para o dados.gov.

6. Conjunto de Dados de Elevado Valor – ponto de situação

Alexandra Fonseca (DGT) faz um resumo dos contributos recebidos pelas várias entidades na identificação dos HVDs e apresenta a tabela enviada ao CO-SNIG com a identificação dos HVD nas diferentes categorias temáticas reportados por cada entidade, de acordo com o regulamento de execução. Indica que responderam 22 entidades das 37 do CO-SNIG e realça a importância da identificação e preenchimento desta tabela por parte das entidades, visto que a disponibilização dos HVDs de natureza geográfica contribui significativamente para o cumprimento do Regulamento de Execução da Diretiva Dados Abertos podendo também permitir aumentar o número de CDG abertos acessíveis através do SNIG e a sua utilização em diferentes domínios. Apresenta uma análise feita pela DGT com base nos dados recolhidos, destacando quais as categorias temáticas com maior número de HVDS globalmente, e por entidade para o caso das entidades com mais de 20 conjuntos de dados reportados, evidenciando a respetiva política de dados. A categoria da Observação da Terra e do Ambiente é a categoria temática com maior conjunto de dados geográficos reportados.

Mário Caetano (DGT) relembra que em relação à recolha de HVDs, todas as entidades têm que reportar se têm ou não HVDs e mesmo as entidades que não têm, deverão reportar a sua inexistência. Questiona as entidades que não responderam se tiveram alguma dificuldade sobre este procedimento. Pede, também, às várias entidades colaboração e apela ao esforço de todos porque se trata de uma obrigação perante a União Europeia e é um serviço ao país promovendo desenvolvimento socioeconómico disponibilizando informação.

Mário Caetano (DGT) questiona o IPMA e o CIGeoE que ainda não reportaram HVDs, se tiveram alguma dificuldade. Alexandra Fonseca (DGT) acrescenta ser importante confirmar com a DGADR, dada a sua importância para o tema Solos. Paulo Barata (IPMA) pede auxílio na identificação dos HVDs e Nuno Vicente (CIGeoE), afirma que fruto da reestruturação, essa decisão não depende do CIGeoE mas sim do Exército.

Jorge Maurício (DGADR), informa ter comunicado por correio eletrónico à DGT a 18 setembro, referindo que os CDG não se enquadrariam nos HVDs e a pedir ajuda na classificação. António Soares (AMA), disponibiliza-se para ajudar o IPMA na classificação dos HVDs.

Mário Caetano (DGT) sugere, que as estatísticas dos HVDS deverão ser reportadas para o Continente, Açores e Madeira de forma independente e propõe o envio da tabela preenchida com os HVDS a todas as entidades, para terem uma ideia do que lhes falta reportar. Por fim, agradece a todos o trabalho realizado até agora neste domínio.

7. Outros assuntos

Não havendo outros assuntos, Mário Caetano (DGT) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.